



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
Rua do Acre, 80 – sala 604 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº TRF2-EOF-2018/0238

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2018/433 de 28.09.2018, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, realizado por meio da *internet*, no *site* **www.comprasnet.gov.br**. O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, dos Decretos 7.892/13 e 5.450/05, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:
Data: 13 de dezembro de 2018
Horário (de Brasília): 13h00
Local: www.comprasnet.gov.br

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo do Formulário de Solicitação de Fornecimento;
- Anexo III - Declaração de acordo com o inciso VI artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 de 06/12/2005 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;
- Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **aquisição de Terminal de Videoconferência, Televisor e Rack Móvel, através do Sistema de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a Justiça Federal da 2ª Região, atuando o Tribunal Regional Federal (TRF) como Gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como Participante** conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que **atenderem** às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do *site* www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.3.7 - [Empresas proibidas de contratar com o poder público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 \(Lei da Improbidade Administrativa\), com a redação dada pela Lei nº 12.120/2009, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.](#)

2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/08.

2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.



- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
 - 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do *site* **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
 - 3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
 - 3.1.2 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
 - 3.1.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
 - 3.1.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).
 - 3.1.5 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente envio da proposta de preços com o VALOR TOTAL DO OBJETO, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Termo de Referência, Anexo I, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet**, contendo as **especificações** detalhadas do objeto ofertado.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante e a indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços**, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.4 - **Preços unitário e total do item cotado**, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme Modelo de Planilha de Especificações e Formação de Preços, apresentado no Anexo I - Termo de Referência deste edital;
- 5.4.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;
- 5.5 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I, bem como a MARCA (e modelo, se houver);
- 5.6 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da **abertura da sessão pública** deste pregão eletrônico;

- 5.7 - **Prazo de entrega dos produtos**, que deverá ser de, no máximo, 45 (*quarenta e cinco*) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de recebimento da nota de empenho;
- 5.8 - **Prazo de validade da Ata de Registro de Preços**: 12 (*doze*) meses, contados da data de sua assinatura;
- 5.9 - **Prazo de garantia do fabricante dos produtos**, compreendendo incluindo troca de produtos defeituosos e assistência técnica, reparação dos defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem ou acondicionamento, pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, a contar da data do recebimento definitivo de que trata o item 15 deste Edital;
- 5.9.1 - A garantia dos equipamentos será do tipo on-site prestada na sede do Contratante nos seguintes endereços:
- 5.9.1.1. Rua Acre, 80, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.1.2. Rua Beneditinos, 24, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.1.3. Rua Visconde de Inhaúma, 68, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.1.4. Rua Dom Gerardo, 46, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.1.5. Rua Coronel Carvalho, 465, Centro, Angra dos Reis/RJ
 - 5.9.1.6. Rua José Alves Pimenta, 1091, Matadouro, Barra do Piraí/RJ
 - 5.9.1.7. Praça Santíssimo Salvador, 62, Centro, Campos dos Goitacazes/RJ
 - 5.9.1.8. Rua Ailton da Costa, 115, 25 de Agosto, Duque de Caxias/RJ
 - 5.9.1.9. Avenida Presidente Dutra, 1172, Presidente Costa e Silva, Itaperuna/RJ
 - 5.9.1.10. Rodovia do Petróleo (RJ-168), Km 4, Bairro Virgem Santa, Macaé/RJ
 - 5.9.1.11. Rua Salma Repani, 114, Centro, Magé/RJ
 - 5.9.1.12. Rua Coronel Gomes Machado, 73/ 75, Centro, Niterói/RJ
 - 5.9.1.13. Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 604, Centro, Niterói/RJ
 - 5.9.1.14. Avenida Engenheiro Hans Gaiser, 26, Centro, Nova Friburgo/RJ
 - 5.9.1.15. Rua Oscar Soares, 02, Centro, Nova Iguaçu/RJ
 - 5.9.1.16. Avenida Koeller, 167, Centro, Petrópolis/RJ
 - 5.9.1.17. Avenida Rita Maria Ferreira da Rocha, 1.235 loja Q:M5 L:02, Nova Liberdade, Resende/RJ
 - 5.9.1.18. Rua Equador, 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ
 - 5.9.1.19. Rua São Januário, 433, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ

- 5.9.1.20. Avenida Almirante Barroso, 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ
- 5.9.1.21. Avenida Venezuela, 134, Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ
- 5.9.1.22. Avenida Rio Branco, 243, Cinelândia, Rio de Janeiro/RJ
- 5.9.1.23. Rua Manaí, 81, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ
- 5.9.1.24. Rua Coronel Serrado, 1000, 13º andar, Zé Garoto, São Gonçalo/RJ
- 5.9.1.25. Avenida Presidente Lincoln, 1090, Vilar dos Teles, São João de Meriti/RJ
- 5.9.1.26. Rua Dezesete de Dezembro s/nº, Lote 4ª, Loteamento Vila São Pedro, São Pedro d'Aldeia/RJ
- 5.9.1.27. Rua Francisco Sá, 343, Várzea, Teresópolis/RJ
- 5.9.1.28. Rua Barbosa de Andrade, 201, Centro, Três Rios/RJ
- 5.9.1.29. Rua José Fulgêncio de Carvalho Netto, 38, Aterrado, Volta Redonda/RJ.
- 5.9.1.30 - A movimentação dos terminais de videoconferência e respectivas partes integrantes entre as sedes do contratante não exclui a garantia dos itens.
- 5.9.1.31 - Outros endereços do CONTRATANTE que surjam durante a execução contratual, respeitado os limites do Estado do Rio de Janeiro.

5.9.2 - Será considerado atendimento *on-site* o envio e a configuração (remota ou pré instalada) de um equipamento equivalente ou superior, cabendo à equipe técnica do Contratante apenas a ativação física do equipamento.

- 5.10 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.6 a 5.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.11 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou do e-mail cpl@trf2.jus.br, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016.
 - 5.11.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.12 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.13 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



- 5.14 - No caso de haver divergência entre a descrição do código **dos produtos** no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I – Termo de Referência**, o licitante deverá obedecer a este último.
- 5.15 - Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.15.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação;
 - 5.15.2 - não atenderem às exigências deste Pregão;

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF2ª Região.
- 6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.8 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.
- 6.9 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, salvo mediante a ocorrência das hipóteses previstas pelo artigo 17 do Decreto nº 7.892/2013.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.



- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total do objeto**, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Anexo I, sob pena de desclassificação.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.7.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e dos procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.5 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.7.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.8.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.
- 7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.
- 7.10 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 7.10.1 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor valor do objeto**, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Anexo I, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, aplicam-se as regras de preferência previstas no artigo 5º do Decreto nº 7.174/2010, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas entre 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.
- 8.5.1 - Convocam-se as licitantes para exercício do direito de preferência, obedecidas as regras dispostas nos incisos III e IV do artigo 8º do Decreto nº 7.174/2010.
- 8.6 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.7 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.5 deste Edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.



- 8.8 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **menor valor do objeto**, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Anexo I, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.9 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.10 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.11 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.12 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.
- 9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº8429/92.

- 9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015 e 3193/17);
- 9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- 9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via e-mail, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
- 9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.
- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

- 9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
- 9.4.2 - **Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;**
- 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
- 9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.5 - **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 9.5.1 - **Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;**

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove o fornecimento de solução de videoconferência com características similares ou superiores àquelas exigidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

- 9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.
- 9.7 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.8 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 9.8.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br ou via fac-símile, para o telefone (21) 2282 - 8016 no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.9.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Coordenadoria de Licitação - COLICI - Rua Acre, nº 80, sala 604 - CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº 173/2018.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços **correrão** à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF-2ªRG e da SJRJ, na época da realização da despesa.

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "*homepage*" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "transparência / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, por fax ou através do e-mail cpl@trf2.jus.br, até 3 (*três*) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os FAX/telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

11.4 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada do licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para assinar a **Ata de Registro de Preços**, constante do Anexo IV deste edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68/ 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12:00 às 17:00 horas.
- 13.2 - A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (*uma*) única vez a critério do TRF, **sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado**, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 13.3 - No ato da assinatura da **Ata de Registro de Preços** será comprovada, mediante consulta *online*, a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e pela **CNDT**, regularidade que deverá ser mantida pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cuja **validade é de 12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura.
- 13.4 - **A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata e/ou o contrato dentro de prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório.**
- 13.5 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual, ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar produtos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta

apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.

- 13.6 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.
- 13.7 - Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante mais bem classificada, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.
- 13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.
- 13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1 - O Tribunal Regional Federal da 2ª Região é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 14.2 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:
- 14.2.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - 14.2.2 - Não assinar o termo de contrato ou retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 14.2.3 - Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
 - 14.2.4 - Houver razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;



14.2.5 - Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

14.2.6 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93 ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

14.2.7- O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas e após assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, c/c a IN SLTI/MPDG nº 04/2014, o objeto da presente licitação será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte maneira:

15.1.1 - **Provisoriamente** - **pelo fiscal técnico**, mencionado no subitem 15.6, imediatamente depois de efetuada a entrega dos equipamentos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações do Pregão;

15.1.2 - **Definitivamente** – **Pelo gestor do contrato e pelo fiscal requisitante**, depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, que não poderá exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

15.2 - Os Termos serão emitidos pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos produtos, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

15.3 – Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPDG nº 04, de 11/09/2014 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

15.4 - Se, após o recebimento provisório for constatado que os serviços/equipamentos foram realizados/entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

15.5 - A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

15.6 - O Contratante designará, além de **01 (um) servidor como gestor do Contrato, a Equipe de Gerenciamento da Contratação, formada por 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os



quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

15.7 - O aceite/aprovação do(s) produtos/serviços pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produtos/ serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF2 as faculdades previstas nos art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), a contar do atesto do documento fiscal, aposto pelo gestor do Contrato;

16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

16.1.2 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - **O documento fiscal deverá acompanhar os produtos no momento da entrega, de 2ª a 6ª feiras, de 10h00 às 17h00, na Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, localizada na Rua Beneditinos, n.º 24, Rio de Janeiro/RJ;**

16.2.1 - A entrega deverá ser agendada com antecedência através do telefone (21) 2282-8264.

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da [Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;](#)

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas ([Acórdão 964/2012-Plenário-TCU](#));



- 16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 16.7 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1 - Responder por perdas e danos que vier a causar ao TRF-2ªRG ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 17.2 - O TRF-2ªRG não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 17.3 - Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRF2;
- 17.4 - Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, incluindo procedimentos de seguro e descarregamento dos materiais, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.
- 17.5 - A CONTRATADA deverá implantar a solução adquirida sem gerar interrupções na rede preexistente.
- 17.6 - As especificações descritas ao longo do Termo de Referência representam os requisitos essenciais exigidos pelo CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA fornecer todos os componentes de hardware e software necessários para que elas sejam atendidas, sem exceção.
- 17.7 - A CONTRATADA poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e se mantenha a compatibilidade da solução. Tal mudança deverá ser solicitada ao CONTRATANTE e deverá contar com a anuência do mesmo.
- 17.8 - O fornecimento de qualquer material adicional (cabo, conector, transceiver, conversor etc) necessário ao funcionamento de quaisquer dos itens adquiridos, não vislumbrados no Termo de Referência, será de responsabilidade da CONTRATADA.

17.9 - A CONTRATADA deve arcar com todas as despesas com deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (on-site) na sede do CONTRATANTE.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1 - Após a assinatura do contrato o TRF 2ª Região compromete-se a:

18.1.1 - Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

18.1.2 - Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

18.1.3 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento de materiais objeto deste Contrato;

18.1.4 - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste Contrato;

18.1.5 - Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto deste Contrato;

18.1.6 - Recusar o recebimento do hardware, material ou serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.

19 - DAS SANÇÕES

19.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

19.1.1. apresentar documentação falsa;

19.1.2. fraudar a execução do contrato;

19.1.3. comportar-se de modo inidôneo;

19.1.4. cometer fraude fiscal;

19.1.5. fizer declaração falsa;

19.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;

19.1.7. não manter a proposta.

19.2 - Para os fins do item 19.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.



19.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "19.4", "19.5" e "19.6", com as seguintes penalidades:

19.3.1. advertência;

19.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

19.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

19.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

19.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do contrato.

19.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

19.6 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no edital e Termo de Referência, a CONTRATADA, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2% se descumprido mais de um item obrigatório concomitante.

19.7 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:

19.7.1 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.

19.7.2. Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

19.7.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

- 19.8 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.
- 19.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;
- 19.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;
- 19.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.12 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no §1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

20 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 20.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: www.trf2.jus.br, opção "transparência / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.comprasnet.gov.br, opção "*visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos/ Avisos*", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 20.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 20.1.3 - Alterar, **dando ciência aos interessados**, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 20.2 - O contrato decorrente do presente Registro de Preços poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 20.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.



- 20.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 20.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2018.

Francisco Luis Duarte - Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 173/2018
PROCESSO TRF2-EOF-2018/0238
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO: Aquisição de Terminal de Videoconferência, Televisor e Rack Móvel, através do Sistema de Registro de Preços, **pelo prazo de 12 (doze) meses, para a Justiça Federal da 2ª Região, atuando o Tribunal Regional Federal (TRF) como Gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como Participante** conforme especificações a seguir definidas:

2 - DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

2.1 - As empresas licitantes deverão apresentar propostas de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos ofertados, contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso;

Item	Descrição	Quant. Máxima		Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Terminal de Videoconferência com garantia de mínima de 36 (trinta e seis) meses. SIASG 150274	TRF2 REGIÃO	5	50.655,71	253.278,55
		Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ	70		3.545.899,70
02	Televisor com garantia de 36 (trinta e seis) meses. SIASG 29718	TRF2 REGIÃO	5	4.195,54	20.977,70
		Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ	70		293.687,80
03	Rack Móvel com garantia de mínima de 36 (trinta e seis) meses. SIASG 107085	TRF2 REGIÃO	5	2.936,46	14.682,30
		Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ	70		205.552,20
Valor Total					4.334.078,25

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1 - A infraestrutura de rede de videoconferência do Tribunal Regional Federal é composta dos seguintes equipamentos:

3.1.1. Polycom Real Presence Media Suite Virtual Edition;

3.1.2. Polycom Real Presence Collaboration Service 1800;

3.1.3. Polycom Real Presence Resource Manager Virtual Edition;

3.1.4. Polycom Group 500.

3.2. Aos equipamentos acima serão referenciados neste termo como Solução Polycom.

Item 01 – TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA	
1	Deve ser compatível com a Solução Polycom atualmente em operação no Contratante, não afetando ou interferindo no seu funcionamento negativamente.
2	Deve ser baseado em hardware otimizado e específico para as suas funcionalidades. Solução de software ou sistemas de videoconferência baseado em PCs não serão aceitos.
3	Todas as características e funcionalidades exigidas devem ser intrínsecas ao equipamento, isto é, nativamente implantadas de acordo com o projeto oficial do fabricante.
4	Deve ser item de série, novo, de primeiro uso e que faça parte da linha atual de comercialização do fabricante na data de entrega das propostas.
5	O fabricante do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA deve possuir suporte técnico no Brasil.
6	Os softwares e firmwares integrantes do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA deverão ter licença de uso perpétua e atualização gratuita durante, no mínimo, o período de vigência da garantia.
7	Deve ser entregue com todas as licenças necessárias ao pleno funcionamento das características e funcionalidades exigidas neste edital.
8	Suportar a recomendação ITU-T H.323 e IETF SIP.
9	Suportar o padrão H.235/AES.
10	Idioma para operação do equipamento: português.
11	Idioma para gerenciamento e configuração: inglês ou português.
12	Suportar a transmissão de conteúdo de vídeo e áudio adicionais gerado por fonte externa utilizando o padrão ITU-T H.239 e BFCP. Ressalta-se que a segunda fonte de vídeo não pode se limitar a conteúdo em formatos gráficos. A visualização de ambos os vídeos deverá ser suportada através de um único monitor, bem como ser possível a exibição em dois monitores separando-se o vídeo principal do conteúdo. Deve ser compatível com o sistema Polycom.
13	Permitir enviar o som proveniente da fonte de áudio adicional misturado (“mixed”) ao som proveniente dos microfones que atendem à captura de áudio no canal principal.
14	Permitir o gerenciamento remoto do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA por navegador Web com restrição de acesso por meio de senha.
15	Possuir 01 (uma) interface de rede Ethernet 10/100/1000 integrada ao TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA.
16	Suportar endereçamento de rede nos padrões IPv4 e IPv6.
17	Possuir suporte aos protocolos: DHCP, DNS e 802.1x.



18	Possuir, no mínimo, 02 (duas) entradas de vídeo integradas ao TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado, sem a necessidade de adaptadores externos, isto é, nativamente implantada de acordo com o projeto oficial do fabricante, com as seguintes características: a) 01 (uma) com resolução 1920 x 1080 destinada a conexão da câmera principal ofertada. Essa entrada é desnecessária caso a câmera principal seja integrada ao TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA. b) 01 (uma) com resolução mínima de 1280 x 720, no padrão HDMI ou DVI destinada à conexão de microcomputadores e notebooks.
19	Possuir, no mínimo, 02 (duas) saídas de vídeo, que suportem resolução FullHD, integradas ao equipamento no padrão HDMI, DVI ou vídeo componente. Em qualquer caso, devem ser compatíveis com o TELEVISOR ofertado.
20	Possuir pelo menos 01 (uma) entrada de áudio destinada à conexão de microcomputadores e notebooks, sem contabilizar as entradas destinadas aos microfones do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado.
21	Possuir pelo menos 02 (duas) saídas de áudio destinadas ao áudio principal e auxiliar.
22	Suportar os padrões ITU-T H.263 e ITU-T H.264.
23	Suportar as seguintes resoluções ativas: 1920 x 1080 (1080p), 1280 x 720 (720p), 1024 x 576 (w576p), 704 x 576 (4CIF), 768 x 448 (w448), 512 x 288 (w288p) e 352 x 288 (CIF), todas em pelo menos 30 (trinta) quadros por segundo
24	Possuir mecanismos internos para controle automático de ganho (AGC - automatic gain control), cancelamento automático de eco (AEC - acoustic echo cancellation) e supressão automática de ruídos (ANS - automatic noise suppression);
25	Possuir suporte aos protocolos H.460.18 e H.460.19. Deve ser compatível com o Sistema Polycom.
26	Suportar autenticação em Gatekeeper e SIP Server simultaneamente. Deve ser compatível com o Sistema Polycom.
27	Suportar as seguintes resoluções de vídeo, quando utilizando fontes de conteúdo adicionais, a uma taxa mínima de 30 (trinta) quadros por segundo: XGA (1024x768), SXGA (1280x1024) e 720p (1280x720).
28	Deve permitir a memorização de pelo menos dez (10) posições pré-definidas para câmera local e outras dez (10) para câmera remota;
29	Devem ser fornecidos 02 (dois) microfones idênticos com as seguintes características: a) Devem ser do mesmo fabricante do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA e por ele indicado especificamente para o modelo de terminal ofertado; b) Totalmente compatível com o TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado; c) Omnidirecionais de mesa com captura em 360 graus; d) Conectados em série ou em paralelo. Se em paralelo, devem ser conectados diretamente ao TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado sem o uso de adaptadores; e) Cabos com comprimento mínimo de 05 (cinco) metros, sem emendas; f) Alimentação elétrica dos microfones deve ser provida pelo TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado; g) Botão "mute/unmute" integrado ao microfone;



30	<p>Deverá ser fornecido 01 (um) controle remoto sem fio com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Deve ser do mesmo fabricante do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado e por ele indicado especificamente para o modelo de terminal de ofertado;b) Totalmente compatível com o TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado;c) Deve ser fornecido com 02 (dois) conjuntos de pilhas alcalinas ou 02 (dois) conjuntos de baterias recarregáveis indicadas pelo fabricante especificamente para o controle remoto;
31	<p>Deve permitir as operações abaixo por meio do controle remoto ofertado:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Discagem direta para estabelecimento da sessão de videoconferência;b) Controle da posição da câmera local e do site remoto;c) Controle de volume;d) Controle da função “mute” do microfone local;e) Acesso à configuração do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado ou da chamada;f) Controle liga/desliga do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ou da chamada;
32	<p>Deve ser fornecida 01 (uma) câmera motorizada PTZ (Pan/Tilt/Zoom) com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">a) A Câmera deve ser separada do corpo do Terminal de Videoconferência;b) Deve ser do mesmo fabricante do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA e por ele indicado especificamente para o modelo de terminal de ofertado;c) Totalmente compatível com o TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado;d) Comandada pelo controle remoto do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado em suas funções de ajuste do campo visual (horizontal e vertical) e de zoom;e) Sensor CMOS colorido com resolução de 1920 x 1080 a 30 quadros por segundo;f) Controle de foco automático;g) Possuir “Zoom” mecânico (ótico) com aproximação mínima de 10 (dez) vezes (“10X”);h) Suportar faixa panorâmica mínima horizontal (“PAN”) de -70 até +70 graus, e faixa de inclinação vertical (“TILT”) de -15 até +15 graus;i) A câmera principal deverá possuir campo de visão vertical total mínimo de 38 graus e campo de visão horizontal total mínimo de 65 graus;j) O comprimento do cabo deve permitir a fixação da câmera, sem o uso de extensores, acima da borda superior do TELEVISOR ofertado;k) Alimentação elétrica da câmera deve ser provida pelo TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado;l) Permitir fixar-se de maneira segura ao suporte para câmera do RACK MÓVEL.
33	<p>Suportar, no mínimo, 01 (um) dos seguintes padrões de serviço (“Quality of Service – QoS”):</p> <ul style="list-style-type: none">a) Arquitetura de serviços diferenciados (“DiffServ”);b) Arquitetura de serviços integrados (“IntServ”);
34	<p>Prover opção para configuração de, pelo menos, 01 (um) servidor de tempo, por meio do protocolo NTP ou SNTP;</p>
35	<p>Possuir suporte aos seguintes protocolos de codificação de áudio: ITU-T G.711, ITU-T G.722 e ITU-T G.722.1;</p>
36	<p>Capacidade de acionar, pelo controle remoto, a Solução Polycom para, no mínimo: iniciar, pausar e parar uma gravação e identificar-se como “chairperson/adminstrador” em uma sala virtual de videoconferência (VRR).</p>



37	Deve ser fornecido 01 (um) cabo Ethernet Cat6 com comprimento mínimo de 03 (três) metros
38	Os cabos que não tiveram seu tamanho especificado devem ser compatíveis com as dimensões do TELEVISOR e do RACK MÓVEL ofertados
39	Todos os cabos necessários à integração com os equipamentos definidos neste lote devem ser fornecidos;
40	Todos os equipamentos devem ser exatamente iguais
41	Possuir manual em português ou inglês
42	Deve possuir fonte de alimentação elétrica com chaveamento automático (“bivolt”) para 110/240 Volts e frequência de 60 (sessenta) Hz
43	Garantia de 36 (trinta e seis) meses com assistência técnica on-site, prestada de acordo com este termo de referência.

Item 02 – TELEVISOR	
1	Deve ser item de série, novo, de primeiro uso e que faça parte da linha atual de comercialização do fabricante na data de entrega das propostas.
2	Todas as características e funcionalidades exigidas devem ser intrínsecas ao equipamento, isto é, nativamente implantadas de acordo com o projeto oficial do fabricante.
3	O fabricante do TELEVISOR deve possuir suporte técnico no Brasil.
4	Deve ser do tipo LED ou LCD com tamanho diagonal de 55 (cinquenta e cinco) polegadas.
5	Deve ser colorido, com tela 100% plana e suportar resolução de 1920 x 1080 (FullHD), ou superior, a 60 Hz.
6	Formato da tela no padrão 16:9.
7	Sistema de cor: NTSC e PAL-M.
8	Áudio estéreo com no mínimo 02 (duas) saídas com potência mínima individual de 10 W RMS.
9	Idioma para operação e configuração do equipamento: português.
10	Possuir controle remoto que deve vir acompanhado de 02 (dois) jogos de pilhas alcalinas ou baterias
11	Deve possuir, após a conexão de todos os cabos necessários à integração plena com o TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado, as seguintes interfaces: a) 01 (uma) conector para entrada de vídeo em formato HDMI; b) 01 (um) conector para saída de áudio; c) 01 (uma) porta USB.
12	A base deve ser removível, permitindo que o equipamento seja montado em planos verticais ou horizontais.
13	Os cabos que não tiveram seu tamanho especificado devem ser compatíveis com as dimensões do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA e do RACK MÓVEL ofertados.
14	Todos os cabos necessários à integração com os equipamentos definidos neste lote devem ser fornecidos.
15	Todos os equipamentos devem ser exatamente iguais.
16	Possuir manual em português



17	Deve possuir fonte de alimentação elétrica com chaveamento automático (“bivolt”) para 110/240 Volts e frequência de 60 (sessenta) Hz.
18	Ser plenamente compatível, no que for aplicável, com os demais itens deste lote.
19	Garantia de 36 (trinta e seis) meses com assistência técnica on-site, prestada de acordo com este termo de referência.

Item 03– RACK MÓVEL	
1	Deve ser item de série, novo, de primeiro uso e que faça parte da linha atual de comercialização do fabricante na data de entrega das propostas;
2	Deve possuir estrutura metálica pintada e com tratamento contra ferrugem em todas as suas peças, inclusive parafusos, porcas e anilhas;
3	Os parafusos para a fixação do TELEVISOR ofertado ao RACK MÓVEL devem ser encaixados sem a necessidade de cortes ou ajustes;
4	Deve possuir estrutura vertical e oferecer padrão para fixação do TELEVISOR ofertado do tipo “wall mount”, isto é, permitir a fixação pela parte traseira do TELEVISOR ofertado;
5	Apresentar dutos e canaletas para passagem do cabeamento necessário a interconexão dos equipamentos deste lote de maneira oculta;
6	Deve possuir conectores elétricos embutidos em sua estrutura para a conexão do TELEVISOR e do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertados. Será aceita, alternativamente, solução baseada em régua de tomadas, desde que consistente e devidamente posicionada e afixada na parte traseira do RACK MÓVEL sem o uso de amarras;
7	A estrutura de cabeamento elétrico deve permitir o posicionamento do RACK MÓVEL a, no mínimo, 03 (três) metros de distância da tomada elétrica, medidos na horizontal e com o cabo encostado ao chão. Essa característica pode ser atendida, alternativamente, por meio da montagem de 01 (um) cabo extensor;
8	Possuir no mínimo 01 (uma) prateleira afixada à meia altura em dimensões compatíveis com o TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA ofertado na posição ‘deitado’;
9	Possuir 01 (uma) prateleira afixada à estrutura do RACK MÓVEL que alcance a borda superior da Televisão em dimensões compatíveis e para suportar a câmera do TERMINAL DE VIDEOCONFERÊNCIA definido neste lote. Essa prateleira pode ser, alternativamente, adaptada a estrutura do RACK MÓVEL ou ser afixada em suporte diretamente acoplado ao TELEVISOR, desde que não cause avarias ou perda de visibilidade do TELEVISOR ofertado;
10	A altura do RACK MÓVEL deve permitir que o ponto central do TELEVISOR ofertado alcance a altura de 1,50m e possa ser ajustado, no mínimo, em +- 10 (dez) centímetros na vertical;
11	Deve possuir pelo menos 04 (quatro) rodízios profissionais para movimentação sendo, pelo menos 02 (dois), com sistema de freio;
12	Deve apresentar capacidade de carga mínima resultante da somatória do peso líquido do Item 01 e do Item 02, acrescido de uma margem de segurança mínima de 20% sobre a resultante;



13	Dimensões máximas permitidas: a) Largura de 850 (oitocentos e cinquenta) milímetros; b) Altura de 2100 (dois mil e cem) milímetros; c) Profundidade de 600(seiscentos) milímetros;
14	Deve se apresentar nas cores preta, prata, branca e/ou cinza;
15	Todos os RACKS MÓVEIS devem ser exatamente iguais;
16	Garantia de 36 (trinta e seis) meses com assistência técnica on-site, prestada de acordo com este termo de referência.

3.3 - DAS DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO ITEM 01 E, NO QUE APLICÁVEL, DOS ITENS 02 E 03

3.3.1. DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO

3.3.1.1. A instalação será feita pelo Contratante que solicitará orientações a Contratada sempre que julgar necessário.

3.3.2. DA GARANTIA

3.3.2.1. Os produtos fornecidos deverão estar cobertos por garantia do fabricante, compreendendo reparação dos defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem ou acondicionamento, pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses a contar da data do recebimento definitivo do objeto.

3.3.2.2. A garantia dos equipamentos será do tipo on-site prestada na sede do Contratante nos seguintes endereços:

3.3.2.2.1. Rua Acre, 80, Rio de Janeiro/RJ

3.3.2.2.2. Rua Beneditinos, 24, Rio de Janeiro/RJ

3.3.2.2.3. Rua Visconde de Inhaúma, 68, Rio de Janeiro/RJ

3.3.2.2.4. Rua Dom Gerardo, 46, Rio de Janeiro/RJ

3.3.2.2.5. Rua Coronel Carvalho, 465, Centro, Angra dos Reis/RJ

3.3.2.2.6. Rua José Alves Pimenta, 1091, Matadouro, Barra do Piraí/RJ

3.3.2.2.7. Praça Santíssimo Salvador, 62, Centro, Campos dos Goitacazes/RJ

3.3.2.2.8. Rua Ailton da Costa, 115, 25 de Agosto, Duque de Caxias/RJ

3.3.2.2.9. Avenida Presidente Dutra, 1172, Presidente Costa e Silva, Itaperuna/RJ

3.3.2.2.10. Rodovia do Petróleo (RJ-168), Km 4, Bairro Virgem Santa, Macaé/RJ

3.3.2.2.11. Rua Salma Repani, 114, Centro, Magé/RJ

3.3.2.2.12. Rua Coronel Gomes Machado, 73/ 75, Centro, Niterói/RJ

3.3.2.2.13. Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 604, Centro, Niterói/RJ

- 3.3.2.2.14. Avenida Engenheiro Hans Gaiser, 26, Centro, Nova Friburgo/RJ
- 3.3.2.2.15. Rua Oscar Soares, 02, Centro, Nova Iguaçu/RJ
- 3.3.2.2.16. Avenida Koeller, 167, Centro, Petrópolis/RJ
- 3.3.2.2.17. Avenida Rita Maria Ferreira da Rocha, 1.235 loja Q:M5 L:02, Nova Liberdade, Resende/RJ
- 3.3.2.2.18. Rua Equador, 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ
- 3.3.2.2.19. Rua São Januário, 433, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ
- 3.3.2.2.20. Avenida Almirante Barroso, 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ
- 3.3.2.2.21. Avenida Venezuela, 134, Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ
- 3.3.2.2.22. Avenida Rio Branco, 243, Cinelândia, Rio de Janeiro/RJ
- 3.3.2.2.23. Rua Manaí, 81, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ
- 3.3.2.2.24. Rua Coronel Serrado, 1000, 13º andar, Zé Garoto, São Gonçalo/RJ
- 3.3.2.2.25. Avenida Presidente Lincoln, 1090, Vilar dos Teles, São João de Meriti/RJ
- 3.3.2.2.26. Rua Dezesete de Dezembro s/nº, Lote 4ª, Loteamento Vila São Pedro, São Pedro d'Aldeia/RJ
- 3.3.2.2.27. Rua Francisco Sá, 343, Várzea, Teresópolis/RJ
- 3.3.2.2.28. Rua Barbosa de Andrade, 201, Centro, Três Rios/RJ
- 3.3.2.2.29. Rua José Fulgêncio de Carvalho Netto, 38, Aterrado, Volta Redonda/RJ.

3.3.2.3. Será considerado atendimento on-site o envio e a configuração (remota ou pré-instalada) de um equipamento equivalente ou superior, cabendo à equipe técnica do Contratante apenas a ativação física do equipamento.

3.3.3. DO SUPORTE TÉCNICO

3.3.3.1. A Contratada ou sua credenciada prestarão atendimento de manutenção total de maneira remota durante todo o PERÍODO DE GARANTIA.

3.3.3.1.1. Na hipótese de impossibilidades, de qualquer natureza, para a prestação do suporte técnico de maneira remota, este será convertido em "on site", sem ônus para o Contratante, a ser prestado no endereço sede definido no item 3.3.2.2.

3.3.3.2. O início do atendimento dos chamados deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, a contar da sua abertura.

3.3.3.2.1. A Contratada terá até 30 minutos para indicar em quanto tempo o problema será resolvido.

3.3.3.2.2. O prazo de conclusão do chamado será do tipo "NBD – Next Business Day", mediante a solução do defeito ou envio de um equipamento com as mesmas características e configurações do defeituoso, até o final do próximo dia útil ao da abertura do chamado para a sede do Contratante, ou localidade indicada por ela.

3.3.3.3. Conforme a gravidade ou criticidade do problema a ser resolvido, a Contratada deverá viabilizar o escalonamento do incidente para a área de suporte ou engenharia do fabricante dos equipamentos devidamente capacitada a resolver o problema, sem custo adicional para o Contratante.

3.3.4. A Contratada deverá solicitar, justificadamente, a necessidade de acesso a cada equipamento pertencente à rede de videoconferência que julgar necessário para o suporte técnico.

4 - DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

4.1 - Prazo de entrega dos produtos, que deverá ser de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de recebimento da nota de empenho;

4.2 - A Contratada deverá entregar a(s) mercadoria(s) à:

4.2.1 - Seção de Almojarifado/Divisão de Patrimônio e Almojarifado – Rua Beneditinos, 24, 2º Andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ. Telefone: (21) 2282-8264 / email: salmox@trf2.jus.br. Horário: 10:00h às 17:00h de 2ª a 6ª.

4.2.2. Seção Judiciária do Rio de Janeiro Seção de Almojarifado –Rua Equador, 613, Santo Cristo - Rio de Janeiro/RJ. Telefones: (21) 3218-6612 / 3218-6613. E-mail: tssealm@jfrj.jus.br Horário: das 9:00 às 17 horas, de 2ª a 6ª.

5 - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação: O prazo em todas as etapas tem como referência inicial o fim da etapa anterior:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Recebimento da Nota de Empenho	-
02	Entrega dos produtos	O prazo de entrega será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos a partir do dia útil subsequente ao recebimento da Nota de Empenho



03	Recebimento provisório do objeto	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos equipamentos.
04	Recebimento definitivo do objeto	Até 10 dias úteis após o recebimento provisório, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

6 - DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 6.1 - Gestor: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 6.2 - Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 6.3 - Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 6.4 - Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 6.5 - Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

7 - DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

- 7.1 - Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante do Contratante e a Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico.

8 - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 8.1 - O Contratante nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 30 da Instrução Normativa nº 04/2014/SLTI, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

8.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

8.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

8.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

8.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

8.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

8.4 - A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do TRF2, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.

9 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

9.1 - A solução fornecida deverá possuir Garantia total do fabricante do equipamento mínima de 36 (trinta e seis) meses do tipo on-site incluindo troca de produtos defeituosos e assistência técnica.

9.2 - O início da garantia dar-se-á a partir da data de Recebimento Definitivo.

9.3 - A movimentação dos terminais de videoconferência e respectivas partes integrantes entre as sedes do contratante não exclui a garantia dos itens.

9.4 - Os atendimentos mencionados nas especificações "Garantias" descritas nas especificações técnicas deverão ser realizadas em todas as instalações do contratante:

9.4.1 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região

9.4.1.1. Rua Acre, 80, Rio de Janeiro/RJ

9.4.1.2. Rua Beneditinos, 24, Rio de Janeiro/RJ

9.4.1.3. Rua Visconde de Inhaúma, 68, Rio de Janeiro/RJ

9.4.1.4. Rua Dom Gerardo, 46, Rio de Janeiro/RJ

9.4.2. Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

9.4.2.1. Rua Coronel Carvalho, 465, Centro, Angra dos Reis/RJ

9.4.2.2. Rua José Alves Pimenta, 1091, Matadouro, Barra do Piraí/RJ

9.4.2.3. Praça Santíssimo Salvador, 62, Centro, Campos dos Goitacazes/RJ

9.4.2.4. Rua Ailton da Costa, 115, 25 de Agosto, Duque de Caxias/RJ

9.4.2.5. Avenida Presidente Dutra, 1172, Presidente Costa e Silva, Itaperuna/RJ

- 9.4.2.6. Rodovia do Petróleo (RJ-168), Km 4, Bairro Virgem Santa, Macaé/RJ
- 9.4.2.7. Rua Salma Repani, 114, Centro, Magé/RJ
- 9.4.2.8. Rua Coronel Gomes Machado, 73/ 75, Centro, Niterói/RJ
- 9.4.2.9. Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 604, Centro, Niterói/RJ
- 9.4.2.10. Avenida Engenheiro Hans Gaiser, 26, Centro, Nova Friburgo/RJ
- 9.4.2.11. Rua Oscar Soares, 02, Centro, Nova Iguaçu/RJ
- 9.4.2.12. Avenida Koeller, 167, Centro, Petrópolis/RJ
- 9.4.2.13. Avenida Rita Maria Ferreira da Rocha, 1.235 loja Q:M5 L:02, Nova Liberdade, Resende/RJ
- 9.4.2.14. Rua Equador, 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ
- 9.4.2.15. Rua São Januário, 433, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ
- 9.4.2.16. Avenida Almirante Barroso, 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ
- 9.4.2.17. Avenida Venezuela, 134, Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ
- 9.4.2.18. Avenida Rio Branco, 243, Cinelândia, Rio de Janeiro/RJ
- 9.4.2.19. Rua Manaí, 81, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ
- 9.4.2.20. Rua Coronel Serrado, 1000, 13º andar, Zé Garoto, São Gonçalo/RJ
- 9.4.2.21. Avenida Presidente Lincoln, 1090, Vilar dos Teles, São João de Meriti/RJ
- 9.4.2.22. Rua Dezessete de Dezembro s/nº, Lote 4ª, Loteamento Vila São Pedro, São Pedro d´Aldeia/RJ
- 9.4.2.23. Rua Francisco Sá, 343, Várzea, Teresópolis/RJ
- 9.4.2.24. Rua Barbosa de Andrade, 201, Centro, Três Rios/RJ
- 9.4.2.25. Rua José Fulgêncio de Carvalho Netto, 38, Aterrado, Volta Redonda/RJ.

9.5 - Outros endereços do CONTRATANTE que surjam durante a execução contratual, respeitado os limites do Estado do Rio de Janeiro.

10 - DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.



11 - DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

- 11.1 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados, a menos que expressamente autorizada pelo TRF2;
- 11.2 - A Contratada deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao desenvolvimento dos serviços objeto contratados, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do Contratante.



ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 173-2018

Proc. TRF2-EOF-2018/0238

SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº: _____/2018.

FORNECEDOR: _____

1 - OBJETO - A presente Solicitação de Fornecimento tem por objeto a aquisição de _____, de acordo com as especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e na proposta da empresa contratada, do Pregão Eletrônico SRP nº 173-18.

Item	Especificação Objeto	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
			Total Geral	

2 - PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA

2.1. A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de _____ (_____) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

2.2. O material deverá ser entregue na Seção de Almojarifado/Divisão de Patrimônio e Almojarifado, localizada na Rua Beneditinos, n.º 24, das 10:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira e na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, na Rua Equador nº 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, das 09:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira.

3 - PREÇO

3.1. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região pagará à CONTRATADA o valor total de R\$._____ (.....), conforme cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.

3.2. Estão incluídos no preço proposto a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento.

Rio de Janeiro, /..... /.....

(Nome e cargo do Servidor - Setor Requisitante)

ANEXO III DECLARAÇÃO

(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pela Resolução nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173

Proc. nº TRF2-EOF-2018/0238

_____ **DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão:	CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO IV
MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º .../2018
Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2018/00238
Pregão Eletrônico/ SRP N.º 173/2018
Validade: 12 (doze) meses

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Presidente, Exmo. Desembargador Federal Sr. André Fontes**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 173/2018**, homologado em ___/___/___, conforme despacho n.º TRF2-DES-___ no Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2018/00238, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o objeto, atendendo as condições previstas no edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; Lei n.º 10.520/02, Decretos n.ºs 5.450/05 e 7.892/13 e Portaria n.º PTP-TRF2-2017/00110, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de Terminal de Videoconferência, Televisor e Rack Móvel, através do Sistema de Registro de Preços, para a Justiça Federal da 2ª Região, atuando o Tribunal Regional Federal (TRF) como Gerenciador e as Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como Participante, observadas as especificações técnicas e condições contidas no Termo de Referência do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º 173/2018, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para o objeto, independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2018/00238.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o TRF – 2ª RG a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A administração desta Ata caberá à Divisão de Suporte a Usuários de TI (Disus) da Secretaria de Tecnologia da Informação.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1 – O (s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões) do(s) material(is)/equipamento(s), o(s) quantitativo(s) e marca(s) encontram-se enunciados na presente Ata.

Item	Descrição	Quant. Máxima		Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Terminal de Videoconferência com garantia de mínima de 36 (trinta e seis) meses. Marca:	TRF2 REGIÃO	5		
		Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ	70		
02	Televisor com garantia de 36 (trinta e seis) meses. Marca:	TRF2 REGIÃO	5		
		Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ	70		
03	Rack Móvel com garantia de mínima de 36 (trinta e seis) meses. Marca:	TRF2 REGIÃO	5		
		Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ	70		
Valor Total					

4.2 – Valor total registrado: R\$ _____;

4.3 – Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

4.3.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1.º do art. 65 da Lei 8.666/93;

4.3.2 – Os preços registrados poderão ser revistos nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores;

4.4 – Os produtos deverão ser entregues no **prazo máximo de [45 (quarenta e cinco)] dias**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de recebimento da nota de empenho;

4.5 - A Contratada deverá entregar a(s) mercadoria(s) à:

4.5.1 – **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado

Rua Beneditinos, 24, 2º Andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ.

Telefone: (21) 2282-8264 / E-mail: salmox@trf2.jus.br

Horário: 10:00h às 17:00h, de 2ª a 6ª feira.

* A entrega deverá ser agendada antecipadamente pelo telefone.

4.5.2 - **Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

Seção de Almoxarifado - SEALM

Rua Equador, 613, Santo Cristo - Rio de Janeiro/RJ.

Telefones: (21) 3218-6612 / 3218-6613.

E-mail: tssealm@jfrj.jus.br

Horário: das 9:00 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira

4.6 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, parágrafo 4.º, do Decreto 7.892/2013.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

5.1.1 – pelo TRF – 2.ª RG:

5.1.1.1 - quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços ou dos pedidos dela decorrentes;

5.1.1.2 - quando o Fornecedor não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 - quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e a contratada não aceitar reduzir o preço registrado;

5.1.1.4 - por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

5.1.1.5 – quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 ou no art. 7.º da Lei n.º 10.520/02;

5.1.2 – pelo FORNECEDOR:

5.1.2.1 – Quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

5.2 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.3 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata.

5.4 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 - O TRF – 2.ª RG fará as aquisições mediante emissão da solicitação de fornecimento de materiais, Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico n.º 173/2018 e de Nota de Empenho específica, emitida de acordo com os materiais e quantidades constantes na referida solicitação.

6.2 – A contratação será sempre representada pela Nota de Empenho (ou instrumento equivalente), sendo a celebração formalizada por meio da sua retirada pela empresa fornecedora com preço registrado na Ata de Registro de Preços, ou de encaminhamento, ao fornecedor, da nota de empenho, via fac-símile, e-mail ou ofício, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento.

6.3 – O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1 – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços, na forma da IN-24-13 de 21.02.06, deste TRF – 2ª RG.

7.2 – Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico – SRP n.º 173/2018, seus anexos, as documentações e as propostas das empresas classificadas, independentemente de transcrição.

